



CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO PÚBLICA DA CÂMARA N.º 19/25, DE 23 DE SETEMBRO DE 2025

PARTICIPANTES:

Sr. Presidente da Câmara, Dr. Ricardo Manuel Oliveira da Silva Cruz

Sr. Vice-Presidente, Dr. António Manuel Fonseca Oliveira

Sra. Vereadora, Dra. Susana Margarida Macedo Mendes

Sr. Vereador, Eng.º David Miguel Sousa Fernandes Correia Pinto

Sr. Fernando Tavares Pereira

Sr. Vítor Hugo Rodrigues de Melo

Sra. Dra. Maria do Rosário Martins Garcia Almeida

Pelas quinze horas, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, o Senhor Presidente da Câmara, Dr. Ricardo Manuel da Silva Cruz, deu início à reunião, com o Período anterior ao do *“Período de Antes da Ordem do Dia”*, em cumprimento do artigo 49.º, n.º 1 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, endossando os habituais cumprimentos aos elementos do Executivo, quer em regime de permanência, como de não permanência, a todos os Munícipes que acompanham a transmissão *online*, aos funcionários do secretariado das reuniões de Câmara e aqueles que asseguram toda a estrutura técnica.

AUDIÇÃO DO PÚBLICO

Não havendo público inscrito para intervir, o Senhor Presidente passou de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.

I - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA:

O Senhor Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção, referindo que esta é a última reunião pública do mandato. Deu nota da sua presença em diversas iniciativas, começando por destacar a sua participação, no dia 20 de setembro, no 38.º Concurso Nacional de Ovinos da Serra da Estrela, onde salientou o apoio do Município ao setor da pecuária, nomeadamente através do protocolo com a ANCOSE que permitiu a vacinação de



CÂMARA MUNICIPAL

mais de 3.000 animais sem custos para os pastores, representando um apoio superior a 6.000 euros. No mesmo dia, marcou presença, juntamente com a Senhora Vereadora da Educação, Formação e Empreendedorismo Jovem, na cerimónia do Dia do Diploma do Agrupamento de Escolas de Tábua, que reconheceu mais de 100 alunos. Estendeu ainda os parabéns a todo o movimento associativo pelo seu empenho e pela dinamização do Concelho a diversos níveis.

Informou que, no dia 22 de setembro, esteve presente na CCDRC, com o Ministro da Economia e da Coesão Territorial, com o Secretário de Estado do Turismo e com o Presidente do Turismo de Portugal, para a assinatura do termo de aceitação da candidatura relativa ao Espaço Museológico Sarah Beirão e à criação do Tábua Welcome Center. Salientou que o projeto, com um investimento total de cerca de 600 mil euros, obteve um financiamento de 399 mil euros, e que serão agora dados os passos para o lançamento do concurso.

Deu nota da sua presença na 15.ª edição do Peddy Paper promovido pela União de Freguesias de Covas e Vila Nova de Oliveirinha, saudando o intercâmbio e a participação dos munícipes. Comunicou ainda que foram realizadas sessões públicas de apresentação e esclarecimento, por parte da AINTAR, sobre os projetos de saneamento para as localidades de Remouco, Lameiras e Loureiro, que se inserem num novo conjunto de investimentos com o objetivo de reforçar o investimento total nesta área, que durante o atual mandato ultrapassou os 6 milhões de euros, aumentando a taxa de cobertura de 68% para 84%.

O Senhor Presidente saudou a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Oliveirinha pela iniciativa de constituição de um memorial em homenagem aos três bombeiros falecidos há um ano, nomeadamente Sónia Melo, Paulo Santos e Susana Carvalho, ato que perpetua a memória destes três voluntários, tendo destacado a coragem e abnegação que demonstraram e que se constitui como um exemplo para todos.

Apresentou as mais edições municipais efetuadas neste mandato, a saber, dois volumes da obra "Tábua, a Construção de um Concelho", a tradução da obra de Sarah Beirão "Amores no Campo" para inglês, uma edição fac-similar da história de João Brandão e a primeira Carta Arqueológica do Concelho, que considerou constituírem marcas históricas do património cultural deste Concelho.



CÂMARA MUNICIPAL

Fez um balanço da última Assembleia Municipal do mandato, reconhecendo o trabalho sério e a elevação com que todos os seus membros desempenharam as suas funções, o que dignificou este Órgão Deliberativo.

Para finalizar, expressou a sua enorme satisfação e orgulho pelo trabalho realizado ao longo do mandato, afirmando que, juntamente com a sua equipa, trabalhou no sentido de deixar o Concelho melhor do que o encontrou, o que considerou ser o principal desígnio de qualquer Autarca.

INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES

INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE, DR. ANTÓNIO OLIVEIRA:

O Senhor Vice-Presidente cumprimentou os presentes e iniciou a sua intervenção dando nota da sua presença na cerimónia dos 30 anos da ADESA. Informou que, após muitos anos de anseio, foi finalmente possível avançar com a renovação do parque de máquinas, num investimento total de mais de 1,1 milhões de euros para os seis concelhos. No que diz respeito a Tábua, destacou a aquisição de um novo trator corta-bermas, uma mini retroescavadora e uma capinadeira, bem como de uma viatura 4x4 para o Serviço Municipal de Proteção Civil, equipamentos que irão potenciar a eficácia na manutenção dos caminhos e na prevenção de incêndios.

Informou que, no dia 12 de setembro, foi promovido um espetáculo de *stand-up comedy* com o artista Matrioska, tendo sido oferecidos cerca de 50 bilhetes aos elementos dos Corpos Ativos dos Bombeiros de Tábua e de Vila Nova de Oliveirinha, como um momento de lazer e reconhecimento pelo trabalho que desenvolvem.

Felicitou a AINTAR pela coragem e disponibilidade demonstradas nas sessões de esclarecimento sobre os novos projetos de saneamento, que decorreram nas localidades abrangidas, sublinhando a importância de ouvir as preocupações da comunidade para construir candidaturas mais robustas e alcançar a maior taxa de cobertura possível.

Parabenizou as organizações das festividades de Santa Eufémia na Póvoa de Midões, das Sopas de Mouronho e do 49.º aniversário da Associação de Remouco, eventos que contaram com uma grande participação da comunidade e demonstram a sua vitalidade.



CÂMARA MUNICIPAL

Por fim, destacou a ação de formação promovida pelo CLDS 5G, no dia 19 de setembro, em Mouronho, dirigida aos colaboradores das Juntas e União de Freguesia, sobre a utilização dos kits de primeira intervenção em incêndios. Agradeceu o apoio do Corpo de Bombeiros de Tábua na componente operacional e de manuseamento dos equipamentos, considerando estas ações fundamentais para capacitar as equipas locais a agirem corretamente em cenários de emergência.

INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA, DRA. SUSANA MENDES:

A Senhora Vereadora iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes, com uma saudação particular ao Senhor Vereador Fernando Tavares Pereira, assinalando a sua ausência prolongada das reuniões de Câmara, designadamente desde 23 de março de 2023, ou seja, há mais de 2 anos e meio.

Deu nota de que o ano letivo 2025/2026 teve início a 15 de setembro, tendo estado presente na receção aos novos alunos da EPTOLIVA, que este ano conta com um maior número de estudantes e três novos cursos. Relativamente aos transportes escolares, informou que, apesar de alguns constrangimentos iniciais na nova operação, foram solicitados os devidos ajustes às rotas e horários, estando 90% das ocorrências já resolvidas, nomeadamente a situação das paragens em Covas. Agradeceu a compreensão e a colaboração dos encarregados de educação na comunicação das ocorrências, que foram essenciais para as correções.

Informou que a equipa multidisciplinar do Município, no âmbito do programa de promoção do sucesso educativo, está agora completa, com uma educadora social e uma terapeuta da fala a tempo inteiro no Agrupamento de Escolas de Tábua.

Parabenizou a arqueóloga Ana Rita Pereira pelo excelente trabalho de pesquisa que culminou na publicação da Carta Arqueológica do Concelho, destacando também a sua atividade "Arqueólogo por um dia" junto dos alunos, que superou todas as expectativas.

Deu nota da sua presença na reunião de consórcio do projeto "Escolhas 9ª Geração", que entra no seu terceiro e último ano de execução com uma taxa de execução de 95% e 586 participantes. Parabenizou também a Direção do Agrupamento de Escolas de Tábua pela organização do "Dia do Diploma", um momento que premeia o mérito e o esforço dos alunos finalistas.



CÂMARA MUNICIPAL

Numa nota de balanço do mandato, expressou o seu orgulho por ter feito parte de uma equipa que, nestes anos de trabalho conjunto, enfrentou desafios exigentes e celebrou conquistas, colocando sempre o interesse público em primeiro lugar. Agradeceu às suas equipas diretas pela dedicação, aos colaboradores da Autarquia, às Instituições locais pela cooperação, aos Vereadores da oposição pelo diálogo construtivo, e a todos os munícipes pela confiança. Concluiu, expressando a sua convicção de que Tábua continuará no caminho do progresso.

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR, ENG.º DAVID PINTO:

O Senhor Vereador iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e, de forma particular, o Senhor Vereador Fernando Tavares Pereira, há muito ausente das Reuniões de Câmara.

Sendo esta a última reunião pública do mandato, expressou a sua enorme honra por ter servido Tábua e os tabuenses, agradecendo ao Senhor Presidente da Câmara, aos seus colegas de Executivo e a todos os colaboradores municipais pelo apoio e pela oportunidade.

Reforçou os parabéns pelo sucesso do projeto do Espaço Museológico Sarah Beirão e Tábua Welcome Center, informando que acompanhou o Presidente da Câmara à CCDRC para a assinatura do contrato de financiamento. Descreveu o futuro espaço como um posto de turismo avançado, dedicado à vida e obra de Sarah Beirão, que promoverá todos os recursos e ativos turísticos do Concelho.

No âmbito do turismo, anunciou o início da divulgação do "Bike Adventure Tábua", um projeto com cerca de 350 km de rotas de BTT e 1000 km de percursos de ciclismo de estrada. Destacou a importância deste projeto na estratégia de atração turística "Tábua, o Encanto das Beiras". Informou também sobre a apresentação, no dia 13 de setembro, da Carta Arqueológica do Concelho, um inventário inédito da autoria da arqueóloga Ana Rita Pereira, que considerou mais um importante instrumento de conhecimento e promoção do território.

Na área do Desporto, deu nota da realização, no Centro Cultural, da Gala dos Campeões da Associação Distrital de Atletismo de Coimbra, onde o Município de Tábua foi homenageado com o prémio de mérito institucional pelas suas boas práticas e excelentes instalações. Fez um balanço da prática desportiva no Concelho, informando que, de



CÂMARA MUNICIPAL

setembro de 2024 a junho de 2025, cerca de 2.500 tabuenses participaram nos diversos projetos municipais, desde o Gira Vólei ao Movimento Sénior, e que as instalações desportivas registaram cerca de 49.000 utilizações.

Por fim, no que diz respeito ao movimento associativo, associou-se aos cumprimentos a todas as Associações e Comissões de Festas pelo dinamismo demonstrado. Mencionou a sua presença nas festas em honra de Santa Eufémia, na Póvoa de Midões, na Feira das Sopas em Mouronho e no 15.º Peddy Paper Interassociativo da União de Freguesias de Covas e Vila Nova de Oliveirinha, que contou com 45 equipas de 12 coletividades.

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR, VITOR MELO:

O Senhor Vereador usou da palavra para cumprimentar todos os presentes. De seguida, questionou o Senhor Presidente da Câmara, referindo que o Ministério da Educação abriu 7.000 vagas para o Ensino Pré-Escolar a nível nacional, mas que vários Municípios rejeitaram assinar o respetivo Protocolo. Questionou, por isso, se o Município de Tábua foi contactado pelo Governo para identificar carências de vagas e, em caso afirmativo, se assinou ou rejeitou o referido protocolo.

INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA, DRA: MARIA DO ROSÁRIO:

A Senhora Vereadora usou da palavra para, nesta última reunião pública do mandato, deixar uma nota de balanço. Descreveu a sua participação no Executivo como uma experiência muito interessante do ponto de vista cívico, que lhe permitiu acompanhar de perto a orgânica e o funcionamento do Município, bem como a dinâmica dos vários setores que atuam na comunidade. Considerou que esta é uma experiência que valoriza qualquer pessoa e defendeu que todos os cidadãos deveriam, em algum momento da sua vida, participar na gestão de um órgão público, para terem uma noção de como as instituições funcionam e de como as decisões são tomadas, o que lhes permitiria uma participação mais ativa e consciente na vida pública.

Fez um apelo para que os cidadãos procurem perceber o que se passa nas instituições, independentemente dos aspetos partidários, que, na sua opinião, deveriam ser os menos importantes quando se trabalha para o bem comum. Defendeu que as decisões devem ser tomadas de forma consciente, pensando no seu impacto futuro.



CÂMARA MUNICIPAL

Para finalizar, agradeceu a oportunidade de ter desempenhado estas funções nos últimos quatro anos, que considerou um grande enriquecimento pessoal, tanto pelo conhecimento adquirido sobre a Instituição, como pelas pessoas que teve a oportunidade de conhecer.

INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR, FERNANDO TAVARES PEREIRA:

O Senhor Vereador usou da palavra para cumprimentar os presentes, começando por se dirigir aos seus colegas de Executivo, justificando a sua ausência prolongada das reuniões por motivos de saúde e lamentou que, durante esse período, não tenha sido contactado para se inteirarem do seu estado, referindo que, da sua parte, a preocupação com a saúde dos outros está sempre acima de tudo.

De seguida, e em resposta a intervenções anteriores, recordou que a situação das instalações da Segurança Social é uma questão herdada de governos do Partido Socialista, e que foi durante governos do PSD que foram concretizadas obras como o Centro de Saúde, o posto da GNR e o Tribunal de Tábua, mesmo com câmaras do PS, apelando a que se olhe para o passado para reconhecer quem ajudou o Concelho a desenvolver-se.

Manifestou o seu descontentamento com promessas que considerou não terem sido cumpridas, como o apoio à natalidade. Questionou a aplicação dos 17 milhões de euros anunciados pelo Governo do Partido Socialista e de mais 4 milhões de euros anunciados pelo atual governo para habitação, num total de 21 milhões, afirmando não ver no Concelho obras que correspondam a esse investimento.

Criticou a postura do Executivo para com a oposição, afirmando que esta nunca foi ouvida, exceto para aprovar aumentos de impostos, contra os quais sempre se posicionaria. Mencionou especificamente a questão do IRS, defendendo que Tábua deveria aplicar a devolução máxima de 5% aos seus munícipes.

De seguida, propôs que ficasse registado em ata um pedido para que seja realizada uma auditoria financeira e jurídica a todos os procedimentos administrativos e contratos celebrados entre o Município e a empresa Tábua Ativa – Ginásio, Lda., entre 2013 e 2017, e com a empresa SKilmind – Consultoria e Sistemas de Informação, Lda., desde 2017 até à presente data, para esclarecer algumas questões.



CÂMARA MUNICIPAL

Deixou uma palavra de agradecimento ao Dr. Paulo Campos pelo seu trabalho em prol do andamento do IC6 e da variante de Tábua.

Para finalizar, informou que teria de se ausentar mais cedo da reunião devido a uma cirurgia e, dirigindo-se aos Tabuenses, afirmou que, embora não faça parte de nenhuma lista candidata, continuará sempre disponível para dar tudo por Tábua.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra para esclarecimentos, respondeu ao Vereador Vitor Melo, informando que o Município de Tábua não recebeu qualquer contacto do Governo sobre as alegadas 7.000 vagas para o pré-escolar, esclarecendo que, se o Agrupamento de Escolas tivesse recebido alguma informação, a Câmara teria conhecimento. Reforçou que o Município já investe para além do rácio legal de assistentes operacionais para garantir o bom funcionamento do Ensino no Concelho.

Dirigindo-se à Senhora Vereadora Maria do Rosário, agradeceu o seu percurso no Executivo, reconhecendo que, apesar de eventuais divergências, manteve sempre uma postura de defesa dos interesses dos Tabuenses e que os seus contributos foram oportunos e acolhidos na construção de um Concelho melhor.

Ao Senhor Vereador Fernando Tavares Pereira, esclareceu que as justificações de ausência apresentadas ao longo de dois anos e meio foram por motivos profissionais e não de saúde, lamentando que, apesar disso, o tenha visto em diversas iniciativas públicas. Reiterou que nunca questionou as ausências nem acionou os mecanismos legais para a perda de mandato, mas que não podia deixar de registar o facto.

Considerou que o Senhor Vereador terminou mal o mandato com a sua intervenção, tal como já o tinha iniciado mal ao contestar em tribunal o resultado eleitoral. Recusou comentar as questões partidárias levantadas, afirmando que a sua lealdade é para com os Tabuenses e não para com Governos qualquer que ele seja. Relativamente ao pedido de auditorias, manifestou total tranquilidade, referindo que têm sido fornecidos todos os documentos solicitados, o que dada a elevada quantidade de pedidos de fotocópias, tem como consequência a paralisação dos serviços. Apelou a que se deixe os trabalhadores focarem-se no seu trabalho, como é exemplo a preparação de candidaturas e projetos essenciais ao desenvolvimento do Concelho.



CÂMARA MUNICIPAL

A finalizar a sua intervenção neste período, o Senhor Presidente da Câmara desejou o maior sucesso pessoal, familiar e de saúde a todos os presentes, esperando que, quem quer que venha a estar no futuro, seja feliz no desempenho das suas funções.

No uso da palavra novamente, o Senhor Vereador Fernando Tavares Pereira começou por acusar o Executivo de, nas eleições anteriores, ter utilizado coletes e crachás partidários no interior da Câmara Municipal para receber os eleitores, o que considerou ser proibido por lei e antidemocrático, esperando que tal não se repetisse.

Informou que existem três processos-crime contra o Município ou o seu Presidente, e que, nesse âmbito, continuará a solicitar todos os documentos que considere necessários para confirmar ou não as questões em análise. Defendeu que, num país democrático, ninguém o pode impedir de exercer o seu direito de fiscalização.

Relativamente à questão da sobrecarga dos serviços municipais, contrapôs que a Câmara tem muitos indivíduos a trabalhar, referindo-se a contratações recentes. Criticou ainda o Executivo por, na sua opinião, nunca ter aceite propostas da oposição, nomeadamente as que visavam a redução de custos. Concluiu, reiterando que continuará a pedir toda a documentação que considere justa e necessária para que se possa realizar uma auditoria concreta.

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara dirigiu-se ao Senhor Vereador Fernando Tavares Pereira referindo que o pedido de auditoria poderia ter sido feito no início do mandato. Relembrou a ausência do Vereador por mais de dois anos e meio, que considerou um desrespeito pelos Tabuenses, esclarecendo, uma vez mais, que as justificações apresentadas foram por motivos profissionais e não de saúde.

De seguida, e para retificar uma expressão proferida, esclareceu que os concursos públicos admitem "colaboradores", e não "indivíduos", e que o Executivo não interfere no processo de seleção, que é da responsabilidade de júris técnicos compostos por funcionários de carreira. Concluiu este ponto, informando que, na realidade, o Município tem atualmente menos trabalhadores do que tinha no início do mandato.

Não havendo mais pedidos de intervenção, e após a saída do Senhor Vereador Fernando Tavares Pereira, passou-se ao período seguinte.



CÂMARA MUNICIPAL

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

O Senhor Presidente da Câmara deu início ao Período da Ordem do Dia, apresentando conjuntamente os pontos um a cinco, todos referentes à aprovação de atas de reuniões anteriores. Agradeceu aos serviços pelo trabalho de elaboração das mesmas, especialmente tendo em conta a necessidade de assegurar a sua conclusão atempada. Informou que, para agilizar os trabalhos, as atas seriam votadas em bloco, com a ressalva de que a votação de cada ata seria apenas efetuada pelos membros do Executivo que estiveram presentes na respetiva reunião.

1. APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 14/25, DE 10 DE JULHO DE 2025.

Foi presente a ata da reunião ordinária n.º 14/25. Não havendo pedidos de esclarecimento ou retificação, a mesma foi submetida a votação.

Foi deliberado por unanimidade dos presentes, com 6 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, aprovar a referida ata.

2. APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO PÚBLICA N.º 15/25, DE 24 DE JULHO DE 2025.

Foi presente a ata da reunião pública n.º 15/25. Não havendo pedidos de esclarecimento ou retificação, a mesma foi submetida a votação.

Foi deliberado por unanimidade, com 6 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, aprovar a referida ata.

3. APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 16/25, DE 14 DE AGOSTO DE 2025.

Foi presente a ata da reunião ordinária n.º 16/25. Não havendo pedidos de esclarecimento ou retificação, a mesma foi submetida a votação.

Foi deliberado por unanimidade dos presentes, com 6 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, aprovar a referida ata.

4. APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO PÚBLICA N.º 17/25, DE 28 DE AGOSTO DE 2025.

Foi presente a ata da reunião pública n.º 17/25. Não havendo pedidos de esclarecimento ou retificação, a mesma foi submetida a votação.



CÂMARA MUNICIPAL

Foi deliberado por unanimidade dos presentes, com 5 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, aprovar a referida ata.

5. APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 18/25, DE 11 DE SETEMBRO DE 2025

Foi presente a ata da reunião ordinária n.º 18/25. Não havendo pedidos de esclarecimento ou retificação, a mesma foi submetida a votação.

Foi deliberado por unanimidade dos presentes, com 5 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, aprovar a referida ata.

6. PREÇOS MUNICIPAIS – LIVROS E LITOGRAFIAS / ADITAMENTO

O Senhor Presidente da Câmara introduziu o ponto, explicando que a proposta visava o aditamento à tabela de preços municipais para incluir as cinco novas obras publicadas pelo Município. Recordou que o assunto já havia sido abordado em reunião anterior, aquando da definição inicial dos preços. Salientou que os valores propostos visam reconhecer o extenso trabalho de preparação e investigação subjacente a estas publicações, que considerou um legado cultural de grande rigor histórico deixado neste mandato. Informou que a aprovação do aditamento era necessária para que as obras pudessem ser formalmente vendidas ao público. Não havendo pedidos de esclarecimento, o assunto foi submetido a votação.

Deliberação n.º 299 - Presente a informação jurídica, datada de 17 de setembro, da Técnica Superior, Alexandra Bento, referente ao aditamento à tabela dos preços para venda ao público de obras publicadas, documento que se dá por reproduzido.

Prestados os esclarecimentos necessários sobre o assunto e colocado o documento à consideração da Câmara, foi deliberado por unanimidade, com 6 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, aprovar nos termos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (RFALEI), na sua atual redação, o aditamento dos preços municipais constantes na mencionada tabela, tendo os bens em causa sido alvo de um enquadramento cultural e histórico, salientando a importância do nosso património material e imaterial.



CÂMARA MUNICIPAL

7. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA AVALIAÇÃO PREDIAL DE PRÉDIO RÚSTICO NA PÓVOA DE MIDÕES JUNTO AO PENEDO DE CABANA – CONTRATO DE TAREFA / EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO / RATIFICAÇÃO

O Senhor Presidente da Câmara introduziu os pontos 7, 8 e 9 em conjunto, informando que todos se referiam a contratos de prestação de serviços que requeriam a emissão de um parecer prévio vinculativo, e que o assunto em deliberação era a ratificação de atos já praticados. Não havendo pedidos de esclarecimento sobre o ponto 7 em particular, o mesmo foi submetido a votação.

Deliberação n.º 300 - Presente a informação jurídica, da Técnica Superior, Alexandra Bento, inerente à instrução do competente parecer prévio vinculativo para a celebração do contrato de prestação de serviços, na modalidade de contrato de tarefa, mediante o procedimento de ajuste direto, com a empresa Gonçalo Ribeiro Ferreira da Silva, nos termos da alínea a), n.º 2, do artigo 10.º, do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, inerente à “Avaliação Predial de Prédio Rústico na Póvoa de Midões, junto ao Penedo Cabana”, documento que se dá por reproduzido.

Face ao contextualizado na referida informação e após prestados os devidos esclarecimentos, a Câmara deliberou por maioria, com 4 votos a favor, 0 votos contra e 2 abstenções dos Vereadores da “Coligação PPD-PSD/CDS-PP Coragem para Mudar”, concordar com a ratificação do parecer prévio vinculativo para a aquisição de serviços em questão, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 10.º, e da alínea a), do n.º 2, do artigo 10.º, do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação o ato praticado pelo Senhor Presidente da Câmara, respeitante à emissão de parecer prévio vinculativo à celebração do Contrato, em questão.

8. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO REABILITAÇÃO DA VIA ROMANA DA PEDRA DA SÉ – CONTRATO DE TAREFA / EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO / RATIFICAÇÃO

O Senhor Presidente da Câmara apresentou a proposta, explicando que se destinava à ratificação do parecer prévio vinculativo para a contratação dos serviços de elaboração do projeto de execução para a reabilitação da Via Romana da Pedra da Sé. Justificou a agilidade do procedimento com a necessidade de cumprir os prazos para a submissão de



CÂMARA MUNICIPAL

uma candidatura que visa a valorização deste património municipal. Não havendo pedidos de esclarecimento, o assunto foi submetido a votação.

Deliberação n.º 301 - Presente a informação jurídica, da Técnica Superior, Alexandra Bento, inerente à instrução do competente parecer prévio vinculativo para a celebração do contrato de prestação de serviços, na modalidade de contrato de tarefa, mediante o procedimento de ajuste direto, com a empresa TECHONIS – GLOBAL CONSULTING SERVICES, Lda., nos termos da alínea a), n.º 2, do artigo 10.º, do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, inerente ao “Projeto de Execução da Via Romana da Pedra da Sé”, documento que se dá por reproduzido.

Face ao contextualizado na referida informação e após prestados os devidos esclarecimentos, a Câmara deliberou por maioria, com 4 votos a favor, 0 votos contra e 2 abstenções dos Vereadores da “Coligação PPD-PSD/CDS-PP Coragem para Mudar”, ratificar a emissão do parecer prévio vinculativo para a aquisição de serviços em questão, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 10.º, do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, o ato praticado pelo Senhor Presidente da Câmara, respeitante à emissão de parecer prévio vinculativo à celebração do Contrato, em questão.

9. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA AVALIAÇÃO DE LOTES / PARCELAS NA ÁREA EMPRESARIAL DA CARAPINHA – CONTRATO DE TAREFA / EMISSÃO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO / RATIFICAÇÃO

O Senhor Presidente da Câmara apresentou a proposta, explicando que a mesma se destinava à ratificação do parecer prévio vinculativo para a contratação dos serviços de avaliação dos lotes na Área Empresarial da Carapinha. Esclareceu que este ato era um passo necessário para dar as condições legais e logísticas à realização da hasta pública a ser deliberada no ponto seguinte da Ordem do Dia.

No uso da palavra, o Senhor Vereador Vítor Melo questionou se a avaliação tinha de ser obrigatoriamente realizada por uma Entidade externa ao Município.

Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara esclareceu que, por uma questão de conforto político e transparência, e em cumprimento da lei, é prática do Município recorrer a um perito avaliador externo e acreditado para definir o valor base de licitação em processos de hasta pública. Sublinhou que este procedimento tem sido seguido ao longo do mandato, tanto na



CÂMARA MUNICIPAL

alienação como na aquisição de património, para garantir o rigor e a isenção na definição dos valores.

Deliberação n.º 302 - Presente a informação jurídica, da Técnica Superior, Alexandra Bento, inerente à instrução do competente parecer prévio vinculativo para a celebração do contrato de prestação de serviços, na modalidade de contrato de tarefa, mediante o procedimento de ajuste direto, com a empresa PROFICIS – SERVIÇOS DE ENGENHARIA, Lda., nos termos da alínea a), n.º 2, do artigo 10.º, do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, inerente à elaboração da “Avaliação de Terrenos da Área Empresarial da Carapinha”, documento que se dá por reproduzido.

Face ao contextualizado na referida informação e após prestados os devidos esclarecimentos, a Câmara deliberou por maioria, com 4 votos a favor, 0 votos contra e 2 abstenções dos Vereadores da “Coligação PPD-PSD/CDS-PP Coragem para Mudar”, ratificar a emissão do parecer prévio vinculativo para a aquisição de serviços em questão, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 10.º, do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, o ato praticado pelo Senhor Presidente da Câmara, respeitante à emissão de parecer prévio vinculativo à celebração do Contrato, em questão.

10. HASTA PÚBLICA N.º 03/2025 DE ALIENAÇÃO DE LOTES / PARCELAS DA ÁREA EMPRESARIAL DA CARAPINHA

O Senhor Presidente da Câmara introduziu o ponto, referente à alienação de cinco lotes na Área Empresarial da Carapinha. Recordou que esta área foi alvo de um forte investimento de 1,4 milhões de euros, que atravessou dois quadros comunitários, e que, embora já existam empresas a laborar no local, o objetivo é colocar agora mais estes lotes no mercado. Informou que futuramente serão disponibilizados mais lotes, conforme o interesse manifestado por outros empresários. A proposta em deliberação visa a aprovação do procedimento e do caderno de encargos para a hasta pública, bem como a constituição do respetivo júri técnico, de modo a concretizar a venda das parcelas 4, 5, 6, 7 e 8.

No uso da palavra, a Técnica Superior, Dra. Alexandra Bento, esclareceu os trâmites do procedimento. Informou que a hasta pública será realizada por envelope fechado, com um aviso a ser publicado num jornal regional e no site do Município. Os interessados terão até ao dia 17 de outubro para apresentar as suas propostas, sendo o ato público de abertura



CÂMARA MUNICIPAL

realizado no dia 21 de outubro. Acrescentou que, ao contrário de procedimentos anteriores, o pagamento do valor total do lote será efetuado no ato da escritura.

O Senhor Presidente da Câmara reforçou que a hasta pública é o procedimento mais transparente para a alienação de património, permitindo que a proposta economicamente mais vantajosa para o município seja a vencedora.

Deliberação n.º 303 – Na sequência do pedido solicitado pelo Senhor Presidente da Câmara, relativamente aos procedimentos e critérios necessários a implementar no âmbito da abertura do procedimento de hasta pública, para a venda dos lotes n.º 4,5,6,7 e 8, sitos na Área Empresarial da Carapinha, foi presente a informação da Técnica Superior, Alexandra Bento, datada de 18 de setembro, anexando, para o efeito, programa de procedimento, respetivos anexos, planta de síntese do Parque Industrial de Tábua, documentos que se dão por reproduzidos, propondo também que os elementos, na mesma mencionados, constituam a Comissão de acompanhamento do ato inerente à venda por hasta pública dos referidos lotes.

Posto o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por unanimidade, com 6 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, aprovar, de acordo com o preceituado na alínea g), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, o seguinte:

- Preceder à venda/alienação, por hasta pública, dos lotes/parcelas 4 a 8 da Área Empresarial da Carapinha, propriedades do Município de Tábua, sitos na Venda da Serra, Freguesia da Carapinha, Concelho de Tábua;
- Aprovar as cláusulas do programa de procedimento e respetivos anexos, peças administrativas integrantes do processo de Hasta Pública;
- Aprovar a constituição da Comissão pelos elementos indicados, autorizando a mesma a praticar todos os atos necessários à concretização da alienação, desde a publicitação até à celebração do contrato de compra e venda;
- Concordar com os procedimentos administrativos e financeiros, inerentes ao respetivo processo.



CÂMARA MUNICIPAL

DOPGU - DIVISÃO DE OBRAS PARTICULARES E GESTÃO URBANÍSTICA

11. PROJETOS DE EXECUÇÃO

O Senhor Presidente da Câmara introduziu o ponto, referente à aprovação do projeto de execução da obra de “Reabilitação da Via Romana da Pedra da Sé”. Informou que a proposta surge na sequência da aprovação do projeto da Ponte de Sumes, com o objetivo de juntar os dois investimentos numa candidatura para a recuperação do património romano. Passou a palavra à Senhora Chefe da Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbanística, Luísa Marques.

No uso da palavra, a Senhora Chefe de Divisão esclareceu que o projeto visa a reabilitação, conservação e restauro de uma via romana classificada como imóvel de interesse público. Informou que o mesmo já obteve parecer prévio favorável condicionado da Direção Regional de Cultura do Centro, bem como autorização para os trabalhos de acompanhamento arqueológico. Acrescentou que, por se situar em Reserva Ecológica Nacional, a obra carece de comunicação prévia à CCDRC. Com os pressupostos legais cumpridos, a proposta era a de aprovar o projeto de execução, com uma estimativa orçamental de 230.000,00€ mais IVA. O Senhor Vereador Vítor Melo questionou sobre a extensão da intervenção, ao que a Senhora Chefe de Divisão e o Senhor Presidente esclareceram que a obra abrange todo o troço de cerca de 800 metros da via, desde a Pedra da Sé até ao rio, e não apenas a zona de proteção de 50 metros do imóvel.

O Senhor Presidente da Câmara sublinhou que se trata da recuperação de um património privado, mas classificado, o que legitima a intervenção municipal. Enquadrou o projeto na valorização do património identificado na recentemente publicada Carta Arqueológica. Explicou que a obra prevê não só o restauro da via, mas também a sua valorização com sinalética e iluminação específica.

O Senhor Vereador David Pinto parabenizou o executivo e os serviços pelo avanço do projeto, que considerou fundamental para a valorização turística do concelho, uma vez que o local é atravessado pelo percurso pedestre PR2 e pela Grande Rota do Mondego. Informou que o projeto contempla a instalação de painéis de interpretação nas extremidades da via e sinalética nas estradas de acesso, complementando um painel já existente.

Deliberação n.º 304 - Presente a informação n.º 51/2025, datada de 18 de setembro de 2025, da Chefe da Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbanística, Luísa Marques,



CÂMARA MUNICIPAL

propondo a aprovação do projeto de execução da obra “Reabilitação da Via Romana da Pedra da Sé”, documento que se dá por reproduzido.

Face ao teor da referida informação e prestados os devidos esclarecimentos, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, com 6 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, aprovar o projeto de execução da obra “Reabilitação da Via Romana da Pedra da Sé”, conforme disposto na informação técnica em questão.

12. OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE EDIFICAÇÃO

O Senhor Presidente da Câmara introduziu o ponto doze, referente a um processo de licenciamento de obras, passando a palavra à Senhora Chefe da Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbanística, Luísa Marques.

No uso da palavra, a Senhora Chefe de Divisão apresentou o processo de licenciamento de obras n.º 39/2024/563, requerido pela Magnolitalento Carpintaria, Unipessoal, Lda., referente à alteração e ampliação de uma unidade fabril na Rua Padre António Marques Freire, em Tábua. Esclareceu que, embora o projeto de arquitetura já tivesse sido aprovado por despacho da Senhora Vereadora do Pelouro, o assunto vinha agora a reunião para a sua ratificação formal. Informou que o processo foi acelerado a pedido do requerente, que necessitava da aprovação para efeitos de uma candidatura.

Deliberação n.º 305 - Presente o Processo de Licenciamento de Obras n.º 39/2024/563, documento que se dá por reproduzido, em que é requerente Magnólitalento Carpintaria Unipessoal, Lda, referente à obra de “Alteração e Ampliação de uma Unidade Fabril”, sito na Rua Padre António Marques Freire, n.º 9, Freguesia de Tábua, Concelho de Tábua. Posto o assunto à consideração da Câmara e atendendo à Informação n.º 200/2025, datada de 18 de setembro de 2025, do Arquiteto, José Fonseca, com proposta de deferimento da Chefe da Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbanística, Luísa Marques, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, com 6 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, ratificar a aprovação do projeto de execução, nos termos do n.º 3, do artigo 20.º do RJUE.



CÂMARA MUNICIPAL

DOSUA - DIVISÃO DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS, AMBIENTE

13. CONCURSOS E CONSULTAS

O Senhor Presidente da Câmara deu início ao ponto treze, passando a palavra ao Chefe da Divisão de Obras, Serviços Urbanos e Ambiente, Engenheiro José Lima, para a apresentação do processo.

No uso da palavra, o Senhor Chefe de Divisão apresentou o processo de concurso público para a empreitada de "Alteração de um Edifício para Apartamentos de Transição em Balocas", detalhando os vários pontos da proposta submetida à Câmara para deliberação, desde a decisão de contratar até à delegação de competências no júri do procedimento.

O Senhor Presidente da Câmara contextualizou este investimento na estratégia municipal de habitação, que se alicerça em três eixos: o programa "Primeiro Direito", o "Arrendamento Acessível" e a "Bolsa Nacional de Alojamento Temporário". Recordou os projetos já concluídos ou em curso, como os do Espadanal e das Barras, e sublinhou a importância de dispor de apartamentos de transição para responder a situações de emergência, como intempéries, incêndios ou necessidades sociais urgentes.

Não havendo pedidos de esclarecimento, o assunto foi submetido a votação.

Deliberação n.º 306 - Presente o processo de Concurso Público n.º 107-E/2025, relativo à empreitada "Alteração de um Edifício para Apartamentos de Transição em Balocas", documento que se dá por reproduzido, para efeitos do estipulado no Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.

Posto o assunto à consideração da Câmara, e atendendo à informação n.º 026/2025, datada de 18 de setembro, do Chefe da Divisão de Obras, Serviços Urbanos e Ambiente, José Lima, foi deliberado por unanimidade, com 6 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, o seguinte:

1. Tomar a decisão de contratar e autorizar a realização da respetiva despesa, nos termos do n.º 1 do artigo 36.º do CCP. O encargo total da empreitada está previsto nas Grandes Opções do Plano, tendo cabimento no Orçamento Municipal aprovado para o corrente ano através da rubrica 05 005 2023/27 4;



CÂMARA MUNICIPAL

2. Adotar o procedimento de Concurso Público (sem publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia) para a formação do contrato, nos termos e para efeitos do artigo 38.º e da alínea b), do artigo 19.º do CCP, com a referência CP 107-E/2025;
3. Adotar o valor de 131.219,97€ (cento e trinta e um mil, duzentos e dezanove euros e noventa e sete cêntimos), como Preço Base do procedimento;
4. Designar, para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 67.º do CCP, o seguinte Júri:
Presidente: José Luís Ferreira Lima, Chefe de Divisão; 1.º Vogal: Célia Regina Simões Carvalho, Técnica Superior; 2.º Vogal: Mónica Alexandra Fonseca Costa, Técnica Superior; 1.º Vogal Suplente: Maria Luísa Nunes Marques, Chefe de Divisão; 2.º Vogal Suplente: Carla Sofia Santos Costa, Assistente Técnica;
5. Prever a não contratação por lotes, nos termos do n.º 2 do artigo 46.º-A do CCP;
6. Considerar não exigíveis os elementos de solução de obra constantes do projeto de execução, nos termos do n.º 5 do artigo 43.º do CCP;
7. Aprovar os projetos técnicos de execução;
8. Aprovar as peças do procedimento;
9. Nomear, como gestor do procedimento, o Chefe da Divisão de Obras, Serviços Urbanos e Ambiente, José Luis Ferreira Lima;
10. Delegar, no Senhor Presidente da Câmara, a competência para prestar esclarecimentos e para as decisões sobre prorrogação do prazo.

14. AUTOS DE MEDIÇÃO

O Senhor Presidente da Câmara deu início ao ponto catorze, passando a palavra ao Chefe da Divisão de Obras, Serviços Urbanos e Ambiente, Engenheiro José Lima, para a apresentação dos processos.

Deliberação n.º 307 - O Senhor Chefe de Divisão apresentou a proposta de revisão de preços n.º 1, ordinária e definitiva, da empreitada de “Construção do Sistema de Drenagem de Águas Residuais de Espariz e Carragosela”, no valor de 45.808,03€, acrescido de IVA. A propósito desta deliberação, o Senhor Presidente da Câmara solicitou um esclarecimento para que ficasse registado, por se tratar de uma reunião pública, que a revisão de preços não é uma decisão discricionária do Município. O Senhor Chefe de Divisão corroborou, explicando que a revisão de preços é uma obrigação legal, prevista no artigo 382.º do



CÂMARA MUNICIPAL

Código dos Contratos Públicos, calculada com base em fórmulas e índices oficiais, sendo um direito que assiste ao empreiteiro.

Posto o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por unanimidade, com 6 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, aprovar a referida revisão de preços.

Deliberação n.º 308 - De seguida, foi apresentada a proposta referente à conta final da mesma empreitada. O Senhor Chefe de Divisão informou que esta deliberação visava a aprovação da conta final, um procedimento que encerra administrativamente o processo e reflete o custo total da obra para o Município.

Posto o assunto à consideração da Câmara, foi deliberado por unanimidade, com 6 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, aprovar a referida conta final de empreitada.

Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião às dezasseis horas e trinta minutos, tendo sido aprovada a minuta da ata por unanimidade.

E eu, Nádía Andreia Soares dos Santos, Técnica Superior, servindo de Secretária, a redigi e também assino.

O Presidente da Câmara,

A Secretária,
